#### **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024**

 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:
 R\$002800/2023

 DATA DE REGISTRO NO MTE:
 01/08/2023

 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:
 MR040651/2023

 NÚMERO DO PROCESSO:
 10264.106505/2023-34

**DATA DO PROTOCOLO:** 28/07/2023

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE FARROUPILHA, CNPJ n. 92.860.618/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CRISTIANE COLOMBO;

Ε

TUDO 123 COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA, CNPJ n. 10.789.948/0001-21, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). FABIANA TROIS;

BIG 10 BAZAR LTDA, CNPJ n. 28.163.637/0001-18, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). INES FATIMA POLA BERNARDI;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 e a data-base da categoria em 01º de julho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comércio**, com abrangência territorial em **Farroupilha/RS**.

# SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Os salários mínimos profissionais da categoria, a partir de 1º de julho de 2023, vigorarão com os seguintes valores:

- a) Para os empregados em geral R\$ 1.751,00 (um mil, setecentos e cinquenta e um reais);
- b) Para os empregados que percebam salário misto (salário fixo acrescido de comissões) R\$ 1.921,00 (um mil, novecentos e vinte e um reais);
- c) Para os empregados em contrato de experiência, independente da espécie de contrato a ser mantido até tal prazo R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais);
- d) Para o menor aprendiz -R\$ 1.397,00 (um mil, trezentos e noventa e sete reais).

Parágrafo primeiro – O salário previsto para o contrato de experiência vale para qualquer um dos contratos previstos nesta cláusula, somente passando a vigorar os demais pisos após passado o prazo previsto na letra "c" acima.

# REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

#### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Em 1º de julho de 2023 os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão majorados em 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), a incidir sobre o salário de 1º de julho 2022.

#### Parágrafo Primeiro:

Poderão ser compensados nos reajustes previstos no presente acordo os aumentos salariais espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

#### Parágrafo Segundo:

A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base. Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

#### Admissão Reajuste Admissão Reajuste

Admissão	Reajuste	1	Reajuste
Julho/2022	4,50%	Janeiro/2023	2,25%
Agosto/2022	4,13%	Fevereiro/2023	1,88%
Setembro/2022	3,75%	Março/2023	1,50%
Outubro/2022	3,38%	Abril/2023	1,13%
Novembro/2022	3,00%		0,75%
Dezembro/2022	2,63%	Junho/2023	0,38%

#### Parágrafo Terceiro:

Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

#### **DESCONTOS SALARIAIS**

#### CLÁUSULA QUINTA - CHEQUES SEM COBERTURA

As empresas não poderão descontar de seus empregados que exerçam função de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem cobertura ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para a aceitação de cheques.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS SALARIAIS

Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de mensalidade de associação de empregados; fundações; clubes; previdênciaprivada; transporte; despesas realizadas em lanchonete da empresa ou local com idêntica função se houver; seguro de vida em grupo; farmácias; compras no próprio estabelecimento, inclusive de ferramentas e utensílios de trabalho não devolvidos; convênios com médicos, dentistas, clínicas, óticas, funerárias, hospitais, casas de saúde e laboratórios; convênios com lojas; convênios para fornecimento de alimentação seja através de supermercado ou pôr intermediação de SESC ou SESI. Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas peloempregado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO OU ESTORNO DE COMISSÕES

Fica vedado o desconto ou estorno da remuneração dos comissionados, de comissões e valores relativos a mercadorias comercializadas dentro das normas e regulamento da empresa.

# OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

#### CLÁUSULA OITAVA - CÁLCULO DAS COMISSÕES

Ficam as empresas obrigadas a informar aos empregados comissionados o valor das vendas por eles realizadas e sobre a qual foram calculadas as comissões.

#### CLÁUSULA NONA - RECIBOS OU ENVELOPES DE PAGAMENTO

As empresas ficam obrigadas a fornecer mensalmente, aos seus empregados, cópias dos recibos ou envelopes de pagamento, com discriminação das rubricas pagas e descontadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - COMISSIONADOS**

Os empregados que perceberem salário fixo e mais comissão, terão direito ao reajuste de que tratam as cláusulas terceira alínea "b" e quarta, somente na parte fixa de suas remunerações.

**Parágrafo Único:** Não farão jus aos aumentos concedidos nas cláusulas terceira e quarta, os empregados puramente comissionados.

# GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13° SALÁRIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECIMO TERCEIRO SALÁRIO PARA COMISSIONADO

O Décimo Terceiro Salário (13°) a ser pago aos comerciários que habitualmente percebem comissões, será calculado tomando-se por base de cálculo a média dos salários percebidos nos meses compreendidos entre setembro e novembro inclusive. Os trabalhadores contratados por esse regime salarial e que foram

admitidos após a data de 16 de setembro, perceberão a Gratificação Natalina, proporcional, referente ao ano de 2023 calculado sobre os meses trabalhados.

#### Parágrafo Primeiro:

Na hipótese de rescisão do contrato de trabalhador que percebeu comissões e que tenha suas atividades na mesmaempresa por período superior a três (03) meses, a Gratificação Natalina (13º salário), proporcional será calculadatomando-se por base a média dos salários percebidos nos últimos três (03) meses trabalhados.

#### Parágrafo Segundo:

No caso da média dos doze últimos salários, inclusive dezembro, ser maior que o valor obtido na aplicação do "caput" da cláusula, prevalecerá para cálculo da Gratificação Natalina, o de maior valor.

#### ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUINQUENIO E TRIÊNIO

As empresas concederão aos seus empregados, que a tanto e pelas presentes disposições façam jus, uma remuneração adicional mensal de dez por cento (10%) sobre o Salário Mínimo Profissional, sob a forma de adicional de tempo de serviço, por quinquênio de trabalho prestado ao mesmo empregador, e 3% (três por cento) do Salário Mínimo Profissional, por triênio, não cumulativos, conforme tabela anexo I.

## **PRÊMIOS**

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRÊMIO PRODUTIVIDADE

A empresa acordante pagará, mensalmente, um prêmio no valor equivalente a R\$ 156,75 (cento e cinquenta e seis reais, setenta e cinco centavos) para cada empregado, sempre que atingida a meta mensal de vendas, e respeitadas as seguintes condições:

- a) Não terá direito ao recebimento do prêmio o empregado que tiver, faltas, atestados ou mais de três atrasos superiores a 10 minutos no mês de apuração.
- b) A meta será comunicada aos empregados até o dia 30 do mês anterior;
- c) Acaso ultrapassada a meta estabelecida para o mês, 10% (dez por cento) do valor excedente será distribuído, de forma proporcional, a todos os empregados que fizerem jus ao mesmo.

Parágrafo único: o valor do prêmio produtividade será pago de forma indenizatória, não integrando o salário para qualquer fim.

#### **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas pertencentes ao Sindicato Suscitado, pagarão o valor correspondente a dois Salários Mínimos Profissionais, a título de auxílio funeral, por falecimento de empregado.

#### Parágrafo Único:

As empresas que possuírem seguro de vida para os seus empregados, ficarão isentas do pagamento mencionado no "caput" desde que o valor seja igual ou superior ao auxílio funeral estipulado, e complementarão o valor quando este for inferior.

#### **AUXÍLIO CRECHE**

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO CRECHE

As empresas concederão, mensalmente, auxílio creche no valor de R\$ 253,60 (duzentos e cinquenta e três reais, sessenta centavos), à empregada que perceba até 4 (quatro) salários Mínimos Profissionais, para cada filho, até que este complete 6 anos de idade.

**Parágrafo Primeiro:** As empregadas que prestam jornada de trabalho somente aos sábados e aos domingos, não farão jus ao auxílio creche. Também não tem direito ao auxílio creche a comerciaria que se afastar do serviço por mais de trinta dias por qualquer motivo.

Parágrafo Segundo: O auxílio creche não integra salário para qualquer fim.

**Parágrafo Terceiro:** As empregadas para fazerem jus ao auxílio creche, deverão comprovar através de documento hábil (Nota Fiscal) a despesa com a creche. Não haverá reembolso para as beneficiárias que não comprovem as despesas apresentando nota fiscal.

**Parágrafo Quarto:** As empresas ficarão desobrigadas da concessão do auxílio creche a partir do momento em que o Estado regularmente cumprir o determinado no Artigo 208, IV, da Constituição Federal.

#### **OUTROS AUXÍLIOS**

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA

Os empregados que exerçam função de caixa, receberão uma verba, a título de quebra de caixa, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário percebido, desde que tenha contratado, ou tenha descontado de seus vencimentos, valores faltantes no caixa.

**Parágrafo Primeiro** - Deverão as empresas proceder a conferência de caixa a vista do empregado responsável pelo mesmo, sob pena de não ser válida a compensação de valores apurados posteriormente, sem a anuência do responsável. No caso de não comparecer o empregado ao serviço, a apuração será feita na presença de duas testemunhas que, em estabelecimentos com mais de 5 (cinco) funcionários, deverão ser colegas seus.

**Parágrafo Segundo** - Uma vez estabelecida na contratação do empregado, ou ainda quando o empregado for transferido para a função de caixa, a possibilidade, ou não, do desconto das faltas de caixa, tal condição não poderá ser objeto de alteração enquanto perdurar o exercício da função de caixa.

**Parágrafo Terceiro** - Aos trabalhadores que, na data de 01 de julho de 2015, tinham direito ao recebimento do adicional de quebra de caixa, fica assegurado o direito de manter o benefício enquanto exercerem a função de caixa, independentemente das condições aqui ajustadas.

# CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

Em caso de rescisão por justa causa, ficará a empresa obrigada a fornecer ao empregado despedido que o solicitar, documento que especifique a falta grave que motivou a despedida.

# **AVISO PRÉVIO**

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO

O empregado que no curso do Aviso Prévio, dado pelo empregador, obtiver novo emprego, será dispensado do cumprimento do mesmo, ficando o empregador obrigado a pagar somente os dias trabalhados.

#### **CONTRATO A TEMPO PARCIAL**

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - PRAZO MÍNIMO

Os contratos de experiência não poderão ser estabelecidos por prazo inferior a trinta (30) dias, exceto no decurso do mês de dezembro, quando o prazo não será inferior a quinze (15) dias.

#### Parágrafo Único:

Os empregados, no contrato de experiência, que sofrerem acidente de trabalho ou estiverem em auxílio doença terão o contrato de experiência suspenso durante o mencionado período.

# RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - GESTANTE - ESTABILIDADE

Fica vedada, a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até seis (06) meses após o parto, não se computando no aludido período, o prazo relativo ao aviso prévio.

#### **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PRÉ-APOSENTADORIA

O empregado da categoria suscitante que estiver a doze (12) meses da data de sua possível aposentadoria por tempo de serviço, terá durante este período, garantia de emprego, condicionado a que:

- a) Tenha uma efetividade na mesma empresa de no mínimo (05) cinco anos;
- b) Comunique o início do período de doze (12) meses, em forma de ofício assinado por si e assistido pelo Sindicato Suscitante, em duas vias de igual teor e forma, numa das quais deverá para validade, constar o obrigatório CIENTE datado da empresa.

#### Parágrafo Primeiro:

A garantia estabelecida na presente cláusula cessará na hipótese do empregado não se aposentar na data prevista para tal mencionada no ofício, não sendo, em nenhuma hipótese, prorrogável a garantia do empregado em causa.

#### Parágrafo Segundo:

A garantia do empregado só poderá ser solicitada em uma única oportunidade, não sendo possível renovála.

# JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

# CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTUDANTE - NÃO PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Ao empregado que estiver frequentando cursos dos ciclos primários, secundários e pré-vestibular ou de nível universitários, é reconhecido o direito de não aceitar qualquer prorrogação de sua jornada de trabalho, se isso implicar em prejuízo à frequência em suas aulas, desde que devidamente comprovado.

# COMPENSAÇÃO DE JORNADA

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO HORÁRIA

A duração normal do trabalho dos empregados integrantes da categoria profissional convenente poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas.

#### Parágrafo Primeiro:

Poderá ser dispensado o acréscimo de salário, inclusive nas atividades insalubres, independentemente de autorização a que se refere o art. 60 da CLT, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias e de trinta horas extras mensais. A compensação das horas deverá ser efetuada nos 30 (trinta) dias subsequentes.

#### Parágrafo Segundo:

Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

# Parágrafo Terceiro:

No mês de dezembro as empresas poderão compensar as horas extraordinárias, através de calendário específico que será firmado entre as partes.

# Parágrafo Quarto:

As empresas que se utilizarem da prorrogação de que trata o "caput" da cláusula que não compensarem nos 30 (trinta) dias subsequentes, conforme estabelece o parágrafo primeiro, ao efetuarem dita compensação fora do mesmo mês deverão fazê-la com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo ou seja, para cada hora trabalhada haverá uma hora e meia de folga, ou pagamento com adicional de horas extras de 50%.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - INTERVALO ENTRE TURNOS

Fica estabelecido que o intervalo entre um turno e outro de trabalho, na mesma jornada, poderá ser no mínimo de uma hora e no máximo de 3:00h (três horas).

#### **DESCANSO SEMANAL**

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO TRABALHO EM FERIADOS

É permitido o uso de mão de obra empregada nos dias de feriado, com exceção dos feriados de 02 (dois) de novembro; 25 (vinte e cinco) de dezembro, 01 (um) de janeiro e 01 (um) de maio.

**Parágrafo primeiro** - O trabalho nos feriados aqui ajustados terá como remuneração, o pagamento das horas trabalhadas com adicional de 100% (cem por cento).

**Parágrafo segundo** - O pagamento previsto no caput será efetuado no dia previsto para pagamento da folha do mês.

**Parágrafo terceiro** - O prêmio acima referido substitui todos os pagamentos devidos, bem como a folga indenizatória.

**Parágrafo quarto** - O horário de trabalho nos feriados não poderá exceder a oito horas. Em casos especiais o horário poderá ser prorrogado por mais duas horas. Neste caso as horas adicionais serão consideradas como extras com adicional de 150% (cento e cinquenta por cento).

**Parágrafo quinto** - As empresas ficam obrigadas a manter em lugar visível e de fácil leitura a escala mensal dos empregados que trabalharão nos feriados.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO TRABALHO EM DOMINGOS DE DEZEMBRO/2023

Os acordantes ajustam que, exclusivamente nos dias aqui especificados, a empresa fixará seus horários de trabalho, observadas as normas de que trata o artigo 74 da C.L.T., dentro dos seguintes limites:

- a) De segunda-feira à sexta-feira, no mês de dezembro de 2023, o horário de trabalho **PODERÁ** ser prorrogado até às 20hs.
- b) Nos sábados dias 9, 16 e 23 de dezembro de 2023, o horário de trabalho PODERÁ ser prorrogado até às 18hs
- c) Nos domingos dias 03 10 e 17 de dezembro de 2023, o horário de trabalho **PODERÁ** ser entre as 14:00hs às 19:00hs.

Paragrafo Primeiro: Será admitido o trabalho extraordinário nos domingos em casos especiais por necessidade, até o limite máximo de duas horas. O horário excedente será remunerado pelo valor da hora normal acrescida do adicional de 100% (cem por cento)

Paragrafo Segundo: As empresas ficam obrigadas a manter em lugar visível e de fácil leitura a escala mensal dos empregados que trabalharão nos dias e horários aqui acordados.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA FORMA DA COMPENSAÇÃO

A empresa, dentro dos limites estipulados nesta cláusula, poderá prorrogar sua jornada de trabalho, ficando convencionado que sempre que a jornada venha a exceder o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a empresa compensará as horas excedentes com folga compensatória, na proporção de uma hora trabalhada por uma hora de folga, em outros dias conforme estabelecido no presente acordo.

Parágrafo Único: As compensações serão feitas da seguinte forma:

- a) A empresa pagará aos seus funcionários, para cada domingo trabalhado, a importância de R\$ 72,57 (setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).
- b) A empresa, da melhor forma possível e em comum acordo com seus colaboradores, deverá fazer a compensação das horas excedentes em outros dias do que os aqui ajustados em até no máximo o dia 31 de março de 2024.
- c) A empresa fornecerá, aos empregados que trabalharem em jornada prorrogada na forma agora acordada, um lanche diário, no início da jornada prorrogada.

#### **CONTROLE DA JORNADA**

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EVENTUAIS ATRASOS NO INÍCIO DO PERÍODO DE TRABALHO

Não haverá prejuízo da remuneração e do descanso semanal remunerado na hipótese de eventuais atrasos não superior a dez (10) minutos, no início do período de trabalho, quando o empregado for admitido ao serviço naquele período.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE 44 HORAS SEMANAIS

A duração do trabalho normal, não será superior a oito horas diárias, e quarenta e quatro (44) horas semanais.

#### **FALTAS**

## CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA PARA LEVAR FILHO(A) AO MÉDICO

Os empregados que necessitarem levar filho(a) dependente, ao médico, ou acompanhar em hospitalização, gozarão de abono de até cinco faltas por ano, mediante a devida comprovação.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CARGOS DE CONFIANÇA

Ficam identificados como cargos que se enquadram como função de confiança os seguintes: Gerente, Gerente de loja, subgerente, trainee e gerente operacional. Resta reconhecido que os empregados que exercem tais cargos possuem os poderes de mando e gestão mencionados no art. 62, II da CLT, estando isentos de registro de sua jornada de trabalho em cartão ponto.

# FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS PARA OS COMISSIONADOS

Aos comerciários que habitualmente percebam comissões, a base de cálculo para o pagamento das férias será a média das comissões percebidas nos últimos doze (12) meses anteriores à concessão, somando-se a esta média o último salário fixo, quando houver.

#### Parágrafo Único:

Na hipótese do contrato do trabalhador que percebeu habitualmente comissões, e que tenha exercido suas atividades laborais na mesma empresa por período inferior a (12) doze meses aplica-se o disposto no artigo 147 da Consolidação das Leis do trabalho, (CLT).

#### LICENÇA REMUNERADA

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FALECIMENTOS

- **A)** As empresas concederão licença remunerada de 3 (três) dias consecutivos, neste caso já incluída a garantia legal prevista no artigo 473 da CLT, por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, irmão ou pessoa declarada em sua CTPS que viva sob sua dependência financeira.
- **B)** Sem prejuízo do vencimento, remuneração ou de qualquer direito ou vantagem legal, o funcionário poderá faltar ao serviço até um dia, por motivo de falecimento, de sogro(a) ou cunhado(a).

# SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME

As empresas que exigirem o uso de uniforme, deverão fornecê-los sem qualquer ônus para seus empregados.

#### **EXAMES MÉDICOS**

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

As empresas permitirão, sempre que devidamente comprovada a necessidade, que os empregados compareçam, em horário de expediente, aos serviços médicos e odontológicos mantidos pelo Sindicato Suscitante e Conveniados, desde que no município sede de cada empresa.

#### Parágrafo Primeiro:

Ficam excluídas do disposto nesta cláusula as empresas que mantiverem os referidos serviços.

#### Parágrafo Segundo:

As empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos expedidos pelos profissionais da Entidade Suscitante.

# ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

O empregado deverá comunicar à empresa, em até no máximo 48 horas, contadas da falta justificada por qualquer atestado médido ou outras justificativas, sobre a obtenção de atestado médico emitido por qualquer profissional, para que a empresa possa adequar seu fluxo de trabalho. A comunicação poderá se dar por qualquer forma eficaz, seja ela por telefone, mensagem de texto, e-mail, whats App ou outros, o que não dispensa a entrega do documento original no mesmo prazo de 48 horas após a ocorrência.

# RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - NEGOCIAL

Os empregadores descontarão de seus empregados, a título de contribuição negocial, a importância correspondente a 2% do mês de julho de 2023 e recolher ao Sindicato Suscitante até o dia 10 de agosto de 2023, 2% do salário reajustado do mês de agosto de 2023 e recolher ao Sindicato Suscitante até o dia 10 de setembro de 2023, 2% do salário reajustado do mês de setembro de 2023 e recolher ao Sindicato Suscitante até o dia 10 de outubro de 2023 e 2% do salário reajustado do mês de outubro de 2023 e recolher ao Sindicato Suscitante até o dia 10 de novembro de 2023 sob pena das cominações previstas no art. 600, da CLT.

**Parágrafo Primeiro:** O valor máximo das contribuições, devida por cada empregado fica limitada ao valor de R\$ 129,90 (cento e vinte e nove reais e novenbta centavos) por recolhimento.

**Parágrafo Segundo:** As contribuições previstas no "caput" poderão ser substituídas pela mensalidade sindical e/ou pela contribuição confederativa, quando então, o pagamento destas, desobrigará o pagamento da contribuição assistencial.

# DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - RETIRADA DO PIS

Os empregados serão dispensados durante duas horas no expediente da jornada de trabalho, sem prejuízo salarial, para que saque as parcelas do PIS e, durante um (1) dia, quando seu domicílio bancário for fora da cidade, salvo se a empresa mantiver convênio para pagamento no próprio local de trabalho.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMUNICAÇÕES E AVISOS

As empresas obrigam-se a destinarem um espaço no quadro mural que possuírem, ou outro local apropriado, para que o Sindicato Suscitante possa nele afixar avisos, notas e comunicados aos membros da categoria.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FUNÇÃO

Ficam obrigadas as empresas a procederem a anotação na CTPS da função correta exercida pelo empregado.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FORNECIMENTO DE GUIAS

As empresas ficam obrigadas a encaminhar aos Sindicatos Suscitantes e Suscitado, cópias das guias de contribuição sindical com a relação nominal de seus empregados e respectivos salários, no prazo máximo de trinta (30) dias após o recolhimento, o de desconto assistencial (dissídio coletivo) uma vez por ano, por ocasião do recolhimento do primeiro mês subsequente à data base.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - USO DO COMPUTADOR PELO EMPREGADO

Quando as empresas fornecerem computador de sua propriedade provido com internet e correio eletrônico para os seus empregados, com o objetivo de instrumento e uso de trabalho, esses ficam expressamente proibidos de utilizar correio eletrônico fornecido pela rede computacional de propriedade do empregador para atividades ilegais; para atividades não relacionadas ao desempenho de suas funções; transmitir declarações e ou arquivos, agressivos ou difamatórios, especialmente pornografia infantil; copiar, distribuir ou imprimir material protegido por direitos autorais; utilizar equipamentos computacionais da empresa para obter acesso não autorizado a qualquer outro computador, da própria empresa ou de fora da empresa, copiar e distribuir informações do banco de dados ou qualquer outra informação guardada eletronicamente.

#### Parágrafo Único:

Quando da admissão de empregado para cargo que tenha acesso aos serviços descritos no caput desta cláusula, deverá o mesmo ser cientificado, expressamente, do teor da mesma.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - USO DO APARELHO CELULAR

As empresas poderão proibir o uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, de propriedade do empregado, durante o horário de trabalho.

**Parágrafo Primeiro:** A empresa deverá disponibilizar armário individual para seus funcionários com chave entregue ao mesmo mediante recibo de entrega.

**Parágrafo Segundo:** A empresa, em caso de contato emergencial ou de urgência de familiares do empregado, obriga-se a comunicar o trabalhador de imediato.

}

CRISTIANE COLOMBO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE FARROUPILHA

FABIANA TROIS SÓCIO TUDO 123 COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA

> INES FATIMA POLA BERNARDI SÓCIO BIG 10 BAZAR LTDA

> > **ANEXOS**

# **ANEXO I - ATA AGE**

Anexo (PDF)

# **ANEXO II - TABELA TRIÊNIOS E QUINQUENIOS**

ANEXO I - TRIÊNIOS E QUINQUÊNIOS				
	INOS T	RIÊNIO QU	INQUÊNIO	
3	3 e 4	01	00	
5	6, 6 e 7	00	01	
8	3 e 9	01	01	
1	.0, 11 e 12	00	02	
1	.3 e 14	01	02	
1	.5, 16 e 17	00	03	
1	.8 e 19	01	03	
2	20, 21 e 22	00	0 4	
2	23 e 24	01	0 4	
2	25, 26 e 27	00	05	
2	28 e 29	01	05	
3	30, 31 e 32	00	06	

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.